

# Saída de Porto Alegre pela Rodoviária segue limitada

Falta de acessibilidade para os pedestres impede uso integral da via

/ MOBILIDADE URBANA

Joaquim Porto

joaquimp@jcrs.com.br

Interditada desde a enchente de maio de 2024, a saída de Porto Alegre via rua da Conceição - avenida Castelo Branco por trás da Estação Rodoviária - segue sem previsão para ser liberada integralmente.

Conforme a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), desde 14 de maio de 2025 o acesso à avenida está liberado, porém, somente de segunda a sexta-feira, das 16h às 19h, ou em situação de maior intensidade na circulação. Aos finais de semana, a via é aberta apenas em caso de fluxo intenso. A saída utilizada segue sendo pelo Largo Vespasiano Júlio Veppo.

A passagem que, nos demais horários, permanece bloqueada para assegurar a travessia dos pedestres pela faixa semaforizada, está obstruída desde quando a passarela de pedestres do Terminal Rodoviário foi derrubada para permitir a construção do corredor humanitário. Ela dá acesso ao Largo Edgar Koetz e à



Passagem de acesso à avenida Castelo Branco é liberada pontualmente

avenida Júlio de Castilhos.

Segundo a EPTC, existe um problema de falta de acessibilidade na passagem subterrânea da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), que deve ser solucionado ainda neste ano. É dito ainda que a opção do túnel não possui acessibilidade universal e, por isso, impossibilita a circulação de pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção.

Referente à acessibilidade ao acesso na Rodoviária, a Trensurb informa que há projetos para execução de duas rampas: uma na

avenida Júlio de Castilhos e outra no acesso principal ao terminal de ônibus. Para o cumprimento dessas rampas, há necessidade de tratativas já iniciadas e autorizações da prefeitura da Capital e do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul (Daer-RS), em função de interações junto a essas duas instituições.

O departamento diz que a expectativa é que as tratativas com ambas as entidades sejam concluídas no segundo semestre deste ano. As instituições não divulgaram prazos nem valores das obras.

# Leilão para concessão do Dmae pode ocorrer no primeiro semestre de 2027

/ SANEAMENTO

Joaquim Porto

joaquimp@jcrs.com.br

Desde 2020, a prefeitura de Porto Alegre estuda o modelo de concessão dos serviços de água e esgoto, com apoio técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que foi aprovado na Câmara Municipal em outubro do ano passado. Conforme o diretor-presidente do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), Vicente Perrone, no primeiro semestre de 2027, ocorrerá o leilão na Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

Em setembro de 2025, o Executivo criou a Secretaria Extraordinária de Parcerias do Saneamento, liderada por Bruno Vanuzzi, para agilizar o processo de parcerização da autarquia, por meio do projeto de concessão parcial dos serviços de saneamento em Porto Alegre.

Segundo Perrone, a estimativa é de que, para ter pleno atendimento de apenas três, das quatro vertentes (água, coleta, tratamento

e resíduos sólidos, que ficariam de fora), o montante se aproxima dos R\$ 10 bilhões. “Não é uma tarefa plausível para uma autarquia como o Dmae, por isso, acreditamos tanto na possibilidade da concessão nos próximos anos”, explica.

Diariamente estão sendo realizados trabalhos internos para viabilização da parceria e, nos próximos meses, a modelagem do projeto deve ser concluída, em seguida, enviada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e à audiência pública.

O Dmae espera que, em breve, o processo já esteja divulgado e em curso. “Acreditamos que no máximo na virada do ano, início do ano que vem, tenha tudo isso publicado e o leilão marcado”, afirma o diretor, que pensa não existir margem para uma evolução do saneamento básico da Capital sem investimentos privados. “Se não tiver a concessão, a cidade vai precisar rever como vai encarar o esgoto e a distribuição de água, porque não tem nenhuma frente de captação para conseguir o valor necessário de investimento”, disse Perrone.

ANDRESSA PUFAL/JC



Dmae espera que em breve o processo licitatório seja divulgado

# Médicos fazem paralisação hoje na Capital

/ SAÚDE PÚBLICA

O Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) aprovou uma paralisação de todos os médicos que atuam nas 67 Unidades de Saúde de Porto Alegre. A ação foi definida em assembleia realizada na noite da última quinta-feira. A suspensão das atividades da categoria ocorre a partir das 13h de hoje. Além disso, também foi definida a realização de um protesto em frente ao Centro Administrativo, às 17h.

A deliberação em assembleia é uma resposta da categoria à redução salarial anunciada pelo Instituto de Apoio à Gestão Pública (IAG), que assumirá a gestão das 67 Unidades de Saúde das regiões Leste e Norte de Porto Alegre. A queda salarial alcança 30% aos mé-

dicos e é ainda maior para outras categorias.

O presidente do Simers, Marcelo Matias, destacou que o papel do sindicato é estar junto dos profissionais, respeitando a sua decisão. “Estamos nessa luta ao lado dos médicos da Atenção Básica. Vamos apoiar a paralisação decidida pela categoria e, em paralelo, atuar em outras frentes”.

O ato, previsto para o fim da tarde, em frente ao Centro Administrativo da prefeitura da Capital, deve reunir médicos e profissionais de outras categorias, além de entidades sindicais, para esclarecer a população dos riscos da precarização na saúde básica do município. Novas assembleias gerais extraordinárias podem ocorrer nos próximos dias, com deliberação para outras mobili-

zações da categoria médica.

O sindicato já havia denunciado a grave situação dos profissionais e o impacto no atendimento à população ao Conselho Regional de Medicina do RS (Cremers), que reconheceu a eticidade do movimento. O Simers busca pelos sindicatos das demais categorias, para que estejam juntos em um movimento único, que busca preservar o salário dos trabalhadores e evitar a precarização no atendimento à população.

A assembleia também contou com a presença da diretora de Porto Alegre do Simers, Ana Coronel; e o diretor e coordenador do Núcleo de Atenção Primária e Medicina de Família e Comunidade, Alexandre Silveira. As assessorias política e jurídica também estiveram presentes.

# Prazo para pagar sexta e última parcela do IPVA 2026 termina hoje

/ IMPOSTO

Os proprietários de veículos que optaram por parcelar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) 2026 deverão fazer a quitação da última parcela do tributo até esta terça-feira.

De acordo com balanço da Secretaria da Fazenda (Sefaz), mais de 355 mil contribuintes estão com o parcelamento ativo e devem realizar o pagamento.

Caso a última parcela não seja paga, passa a incidir sobre ela multa de 0,334% ao dia, até o limite de 20%, além de juros. Nesse caso, a multa e os juros valem a partir de

1º de maio, já que 30 de abril foi a data de vencimento do tributo para todos os finais de placas, além de ter sido o último dia para quem optou por pagar a cota única.

Em julho, a Receita Estadual começará a inscrever em dívida ativa os contribuintes em situação de inadimplência. A partir de então, há um acréscimo de 5% na multa, o valor do débito passa a ser corrigido pela taxa Selic e a dívida passa a ser protestada em cartório e a estar sujeita a cobrança judicial. O balanço mais recente, com dados contabilizados até ontem, aponta que 3,3 milhões de veículos já estavam com o IPVA quitado.